



213
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação Cível nº 0216788-0 (NPU. 0127571-30.2005.8.17.0001)

Agravante: Hospital São Matheus Ltda.

Agravado: Fundação Hemope

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO TERMINATIVA. FEITO NÃO DEVIDAMENTE INSTRUÍDO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO 1º GRAU PARA REGULAR PROCESSAMENTO. AGRAVO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1) A lide trata do protesto de R\$ 6.045,97 (seis mil, quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), devidos supostamente pelo apelado/agravante, por ter negado o pagamento das despesas cobradas de um paciente que utilizou os serviços do Hemope e que possuía o plano de saúde SAME. Entendeu o juízo sentenciante que o Hospital São Matheus e o SAME não se tratavam da mesma pessoa, com finalidade e CNPJ distintos, apenas uma das sedes do Hospital São Matheus localiza-se em um prédio de propriedade do SAME. Assim, o Hemope deveria cobrar a despesa do SAME diretamente, e não do agravante, determinando a sustação do protesto do título.
- 2) O feito não foi devidamente instruído, necessitando de novas provas a fim de comprovar a alegada unidade entre o Hospital e o SAME.
- 3) Além disso, o juízo *a quo* não se pronunciou sobre as provas requeridas, nem sequer para indeferi-las, apresentando sentença de pronto, surpreendendo as partes e indo de encontro ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que *“Embora seja incumbência do juiz da causa analisar o cabimento da produção de provas, deferindo ou não a sua produção, consoante princípio da persuasão racional (CPC, arts. 131 e 330), deve possibilitar aos litigantes a produção de provas requeridas, quando o exija a natureza das alegações postas em confronto pelos envolvidos, sob pena de cerceamento de defesa (CPC, arts. 331 e 333)”* (STJ - REsp: 714228 MA 2004/0185078-0, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 06/03/2012, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/03/2012)

(Assinatura)



214
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

- 4) Ademais, a sentença foi fundamentada de forma sucinta.
- 5) Ficou comprovada a necessidade de anulação da sentença, com devolução dos autos ao juízo de 1º grau para reapreciação do feito, com a necessária instrução probatória, de modo que a Decisão Terminativa recorrida não merece reparo.
- 6) Agravo desprovido por decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0216788-0, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

P. R. I.

Recife, 10 de 10 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



215
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação Cível nº 0216788-0 (NPU. 0127571-30.2005.8.17.0001)

Agravante: Hospital São Matheus Ltda.

Agravado: Fundação Hemope

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Hospital São Matheus Ltda. em face da Decisão Terminativa (fls. 189/194) que deu provimento ao apelo, para declarar a nulidade da sentença que julgou procedente o pedido autoral da Ação Declaratória e da Ação Cautelar, consistente na sustação do protesto de R\$ 6.045,97 (seis mil, quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), por entender que o autor/agravante, Hospital São Matheus Ltda, comprovou não ser sucessor do SAME – Serviço de Assistência Médica Empresarial (Plano de Saúde), e bem assim que a Fundação Hemope firmou convênio com o SAME, e não com ele, de modo que não deve arcar com o pagamento de R\$ 6.045,97 (seis mil, quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos) referente à despesas realizadas com consulta de paciente que possuía o plano de saúde do SAME.

Alega o agravante (fls. 197/206) que, em que pese a decisão agravada ter entendido que o feito necessitava de maior instrução probatória, cabe ao magistrado *a quo* decidir se está ele devidamente instruído, constando todos os documentos imprescindíveis para a prolação da sentença. Assim sendo, entende não ter havido cerceamento de defesa ou qualquer outro impeditivo capaz de gerar a nulidade do *decisum*, de modo que pugna pela reforma da Decisão Terminativa, com o desprovimento do apelo com manutenção total da sentença.

É o Relatório.

Recife, 10 de 08 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



216
af

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público.

Agravo na Apelação Cível nº 0216788-0 (NPU. 0127571-30.2005.8.17.0001)

Agravante: Hospital São Matheus Ltda.

Agravado: Fundação Hemope

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

A lide trata do protesto de R\$ 6.045,97 (seis mil, quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), devidos supostamente pelo apelado/agravante, por ter negado o pagamento das despesas cobradas de um paciente que utilizou os serviços do Hemope e que possuía o plano de saúde SAME. Entendeu o juízo sentenciante que o Hospital São Matheus e o SAME não se tratavam da mesma pessoa, com finalidade e CNPJ distintos, apenas uma das sedes do Hospital São Matheus localiza-se em um prédio de propriedade do SAME. Assim, o Hemope deveria cobrar a despesa do SAME diretamente, e não do agravante, determinando a sustação do protesto do título.

Ou seja, a questão fulcral do processo é saber se o Hospital São Matheus e o SAME pertencem ao mesmo grupo econômico, se são a mesma empresa, ou se possuem alguma ligação que importe na cobrança da dívida de um perante o outro. Essa matéria demanda instrução probatória, pois o réu/agravado pretendia, com as provas requeridas (depoimento pessoal, ouvida de testemunhas, perícia e juntada posterior de documentos) comprovar essa ligação entre as duas empresas, já que cabe a ele trazer fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333 do Código de Processo Civil). Nessa ordem de ideias, a maneira que o agravado possuía para alcançar este intento era exatamente por meio das provas requeridas, já que, repito, a questão não é unicamente de direito.

Houve arguição, no apelo do agravado, de cerceamento de defesa, ao argumento de que não foi deferido seu pedido de produção de novas provas, tais como perícia, depoimento pessoal, ouvida de testemunhas e juntada posterior de documentos, como devidamente requerido na contestação, o que lhe causou diversos prejuízos, a ensejar a nulidade da sentença por cerceamento de defesa.



217
B

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Sabe-se que quando a questão posta à análise do julgador restringe-se a matéria de direito, está ele autorizado a proferir, de pronto, a sentença, conforme dicção do art. 330 do Código de Processo Civil.

Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:

I - quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência; (...)

Além disso, também é assente que o juiz é livre para valorar a necessidade da prova requerida pela parte, devendo decidir pela sua prescindibilidade.

Ocorre que a matéria aqui posta não é unicamente de direito, pois há questões fáticas que precisam ser comprovadas, por não terem ficado devidamente aclaradas com os documentos apresentados na inicial e na contestação.

É certo que, na linha do art. 130 do Código de Processo Civil, "*Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias*". Entretanto, no caso dos autos, tais diligências poderiam servir exatamente para comprovar o direito do réu/agravado a receber o crédito pretendido, se, de fato, for ele devido.

Na verdade, o réu/agravado não conseguiu comprovar, com os documentos apresentados nos autos, a ligação entre as duas pessoas jurídicas. Ocorre que o direito ao contraditório e à ampla defesa é previsto constitucionalmente no artigo 5º, inciso LV, devendo ser a todos assegurado.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

E não se pode esquecer que "*Embora seja permitido o indeferimento do pedido de produção de prova para se julgar antecipadamente a lide, não é aceitável que a*



218
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

condenação assente-se exatamente na falta da comprovação do direito que se pretendia provar, sob pena de contrariedade ao direito de defesa e ao art. 330 do CPC. Precedentes”¹.

Conforme relatado na contestação, o Hospital São Matheus alega que uma de suas sedes funciona em um prédio alugado, de propriedade do SAME, e por isso possuem o mesmo endereço, mas não junta aos autos o contrato de aluguel, ficando, essa alegação, sem a devida comprovação.

É certo que o fato de funcionarem no mesmo local não caracteriza unidade de pessoas, mas é um indício de que há alguma ligação entre as duas.

Além disso, o réu/agravado junta aos autos várias duplicatas cobradas do agravante (fls. 90/113 da Ação Declaratória) com o efetivo pagamento, sendo esta de R\$ 6.045,97 (seis mil, quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos) mais uma delas (fls. 91 da Ação Declaratória), mas que não foi paga.

Ademais, no Contrato Social da Empresa São Matheus Ltda. (fls. 49 e 52) consta como um dos sócios o Sr. Alexandre A. da Cunha Costa, e no Contrato de Prestação de Serviço de Lavanderia de Peças e Rouparia Hospitalar, que tem como contratante a SAME, quem assina o contrato em nome desta é uma pessoa denominada Alexandre Costa, sendo necessário perquirir se tratam da mesma pessoa, e uma perícia grafotécnica aclararia isso.

Ou seja, é notório que os autos não foram devidamente instruídos, necessitando de produção de novas provas.

Além disso, o juízo *a quo* não se pronunciou sobre as provas requeridas, nem sequer para indeferi-las, apresentando sentença de pronto, surpreendendo as partes.

Sobre isso, o Superior Tribunal de Justiça entende que desde que seja devidamente motivado, o indeferimento de pedido de diligências não implica

¹ (STJ - REsp: 1228306 PB 2010/0224764-8, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 09/10/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/10/2012)



219
OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

cerceamento de defesa, pois o julgador, como destinatário das provas, deve zelar pela eficiência da sua produção. Precedente no AgRg no REsp: 1292713 SP 2011/0274636-6, Relator: Ministro JORGE MUSSI, Data de Julgamento: 17/09/2013, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/09/2013.

Nesse mesmo sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PEDIDO DE DILIGÊNCIA INDEFERIDO. JUSTIFICADO. DISCRICIONARIEDADE MOTIVADA DO JUÍZO. VIOLAÇÃO A AMPLA DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Esta Corte já decidiu, por inúmeras vezes, que o deferimento de diligências é ato discricionário do magistrado, que pode negar os pedidos que considerar protelatórios ou desnecessários, desde que em decisão devidamente fundamentada. (Precedentes)².

Outro julgado daquela Corte dispõe que “Embora seja incumbência do juiz da causa analisar o cabimento da produção de provas, deferindo ou não a sua produção, consoante princípio da persuasão racional (CPC, arts. 131 e 330), deve possibilitar aos litigantes a produção de provas requeridas, quando o exija a natureza das alegações postas em confronto pelos envolvidos, sob pena de cerceamento de defesa (CPC, arts. 331 e 333)”³

Repita-se, a propósito, que não há nos autos qualquer decisão indeferindo o pedido de produção de provas.

² (STJ - RHC: 30236 SC 2011/0088689-0, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 12/12/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2013)

³ (STJ - REsp: 714228 MA 2004/0185078-0, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 06/03/2012, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/03/2012)



220

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Além disso, a sentença foi fundamentada de forma sucinta, resumindo-se ao parágrafo abaixo colacionado:

“O autor comprovou nos autos que não é sucessor do SAME SAÚDE, tem outro CNPJ e finalidade social diferente. Apesar da alegação réu de existir algumas pessoas na constituição da duas empresas, não significa que sejam uma só. Inclusive o autor faz prova por meio de documento de fls. 12 que o convênio realizado com a Fundação do Hemope, foi com o SAME, e não com o Hospital São Matheus”.

Ou seja, ficou comprovada a necessidade de anulação da sentença, com devolução dos autos ao juízo de 1º grau para reapreciação do feito, com a necessária instrução probatória, de modo que a Decisão Terminativa recorrida não merece qualquer reparo.

Diante de tais considerações, voto no sentido de negar provimento ao presente Recurso de Agravo, mantendo a decisão terminativa que deu provimento ao apelo, declarando a nulidade da sentença proferida e determinando o retorno dos autos ao 1º grau de jurisdição para regular processamento, com a devida instrução probatória.

É como voto.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator